

# Ações Tributárias exercícios - I

Mauro Luís Rocha Lopes





1. Crédito Tributário é o vínculo jurídico, de natureza obrigacional, por força do qual o Estado pode exigir do particular, contribuinte ou responsável, o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária.

A respeito do assunto, é INCORRETO afirmar:

- A) Pendente o processo administrativo tributário, em virtude de impugnação ou recurso interposto pelo contribuinte, não corre o prazo para a propositura da ação de execução fiscal.
- B) O prazo prescricional não flui durante o período em que estiver vigente a liminar concedida em mandado de segurança impetrado pelo contribuinte.
- C) Após o surgimento do crédito tributário, somente a lei pode estabelecer as formas de sua extinção.
- D) A compensação, a transação e a remissão são meios de extinção do crédito tributário.
- E) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 3 (três) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

**Ano:** 2018 **Banca:** NC-UFPR **Órgão:** Câmara de Quitandinha -  
PR **Prova:** NC-UFPR - 2018 - Câmara de Quitandinha - PR - Advogado



1. Crédito Tributário é o vínculo jurídico, de natureza obrigacional, por força do qual o Estado pode exigir do particular, contribuinte ou responsável, o pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária. A respeito do assunto, é INCORRETO afirmar:

- A) Pendente o processo administrativo tributário, em virtude de impugnação ou recurso interposto pelo contribuinte, não corre o prazo para a propositura da ação de execução fiscal.
- B) O prazo prescricional não flui durante o período em que estiver vigente a liminar concedida em mandado de segurança impetrado pelo contribuinte.
- C) Após o surgimento do crédito tributário, somente a lei pode estabelecer as formas de sua extinção.
- D) A compensação, a transação e a remissão são meios de extinção do crédito tributário.
- E) A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 3 (três) anos, contados da data da sua constituição definitiva.**

**Ano:** 2018 **Banca:** NC-UFPR **Órgão:** Câmara de Quitandinha - PR **Prova:** NC-UFPR - 2018 - Câmara de Quitandinha - PR - Advogado

2. A empresa ABC Ltda. obtem na justiça medida liminar em mandado de segurança com o objetivo de afastar o pagamento de imposto devido sobre determinada base de cálculo. Supondo que a legislação nacional exija, com relação ao imposto em questão, a apresentação mensal de declaração relativa à ocorrência de fatos geradores do imposto, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional:



- A) caso o contribuinte venha a ter a sua liminar cassada ao longo do processo judicial, deverá apresentar as declarações tributárias cuja entrega se apresentava suspensa com base na decisão judicial anterior, devendo pagar os tributos atrasados com juros e multa de mora.
- B) a mera suspensão da exigibilidade do crédito tributário por decisão judicial não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
- C) a medida liminar obtida deve ser estendida às obrigações acessórias do imposto em questão, em razão do princípio jurídico de que o acessório deve seguir o principal, motivo pelo qual a empresa poderá deixar de apresentar as respectivas declarações, ainda que a decisão seja omissa a respeito do tema.
- D) não é possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança em matéria tributária, devendo ser mantida a apresentação das declarações por parte do sujeito passivo e feitos os respectivos pagamentos até que confirmada a liminar por sentença.
- E) a situação descrita remete a caso de exclusão do crédito tributário por decisão judicial, servindo a manutenção das declarações pelo contribuinte como ferramenta de conhecimento pelo Estado do tamanho da renúncia fiscal a ser suportada.

com o objetivo de afastar o pagamento de imposto devido sobre determinada base de cálculo. Supondo que a legislação nacional exija, com relação ao imposto em questão, a apresentação mensal de declaração relativa à ocorrência de fatos geradores do imposto, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional:



- A) caso o contribuinte venha a ter a sua liminar cassada ao longo do processo judicial, deverá apresentar as declarações tributárias cuja entrega se apresentava suspensa com base na decisão judicial anterior, devendo pagar os tributos atrasados com juros e multa de mora.
- B) a mera suspensão da exigibilidade do crédito tributário por decisão judicial não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.**
- C) a medida liminar obtida deve ser estendida às obrigações acessórias do imposto em questão, em razão do princípio jurídico de que o acessório deve seguir o principal, motivo pelo qual a empresa poderá deixar de apresentar as respectivas declarações, ainda que a decisão seja omissa a respeito do tema.
- D) não é possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança em matéria tributária, devendo ser mantida a apresentação das declarações por parte do sujeito passivo e feitos os respectivos pagamentos até que confirmada a liminar por sentença.
- E) a situação descrita remete a caso de exclusão do crédito tributário por decisão judicial, servindo a manutenção das declarações pelo contribuinte como ferramenta de conhecimento pelo Estado do tamanho da renúncia fiscal a ser suportada.

3. Assinale a alternativa **correta** acerca do processo tributário.



- A) É lícita a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- B) O mandado de segurança não constitui via processual adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- C) É admitida a impetração de mandado de segurança para convalidação de compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- D) Em ações de execução fiscal, é obrigatória a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por se tratar de requisito previsto em lei.
- E) O contribuinte pode escolher por receber, por meio de precatório ou de compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

3. Assinale a alternativa **correta** acerca do processo tributário.



- A) É lícita a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário. **STF, SV 28**
- B) O mandado de segurança não constitui via processual adequada para a declaração do direito à compensação tributária. **STJ, SÚM. 213**
- C) É admitida a impetração de mandado de segurança para convalidação de compensação tributária realizada pelo contribuinte. **STJ, SÚM. 460**
- D) Em ações de execução fiscal, é obrigatória a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, por se tratar de requisito previsto em lei. **STJ, SÚM. 559**
- E) O contribuinte pode escolher por receber, por meio de precatório ou de compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado. STJ, SÚM. 461**



4. Nos termos do Código Tributário Nacional, julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado, e a importância consignada é convertida em

- A) renda
- B) crédito
- C) débito
- D) compensação
- E) Expectativa



4. Nos termos do Código Tributário Nacional, julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado, e a importância consignada é convertida em

- A) **renda**
- B) crédito
- C) débito
- D) compensação
- E) Expectativa



5. Sobre a ação de repetição de indébito, o Código Tributário Nacional dispõe que o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, estabelecendo, ainda, que

- A) a perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, dão direito à restituição, não havendo disposição legal proibindo tal restituição.
- B) o sujeito passivo tem direito à restituição no caso de cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.
- C) a legislação não autoriza restituição se houver erro na determinação da alíquota aplicável ou no cálculo do montante do débito.
- D) a restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do recebimento da ação de repetição de indébito pelo MM. Juiz de Direito competente.
- E) prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

**Ano:** 2018 **Banca:** FCC **Órgão:** SEFAZ-SC **Prova:** FCC - 2018 - SEFAZ-SC - Auditor-Fiscal da Receita Estadual - Gestão Tributária (Prova 3)



5. Sobre a ação de repetição de indébito, o Código Tributário Nacional dispõe que o sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, estabelecendo, ainda, que
- A) a perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade, dão direito à restituição, não havendo disposição legal proibindo tal restituição.
  - B) o sujeito passivo tem direito à restituição no caso de cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.**
  - C) a legislação não autoriza restituição se houver erro na determinação da alíquota aplicável ou no cálculo do montante do débito.
  - D) a restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do recebimento da ação de repetição de indébito pelo MM. Juiz de Direito competente.
  - E) prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

**Ano: 2018 Banca: FCC Órgão: SEFAZ-SC Prova: FCC - 2018 - SEFAZ-SC**  
- Auditor-Fiscal da Receita Estadual - Gestão Tributária (Prova 3)



6. O mandado de segurança é uma das ações mais frequentes do direito tributário. A respeito desse instrumento, é correto afirmar que

- A) não poderá ser concedido quando se tratar o ato combatido de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo, independentemente de caução.
- B) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários.
- C) poderá ser concedido contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- D) poderá ser concedido contra decisão judicial transitada em julgado.
- E) será concedida medida liminar que tenha por objeto a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.

6. O mandado de segurança é uma das ações mais frequentes do direito tributário. A respeito desse instrumento, é correto afirmar que



- A) não poderá ser concedido quando se tratar o ato combatido de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo, independentemente de caução.
- B) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários.**
- C) poderá ser concedido contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- D) poderá ser concedido contra decisão judicial transitada em julgado.
- E) será concedida medida liminar que tenha por objeto a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.



7. Tratando-se de pagamento de tributo indevido pelo sujeito passivo da obrigação tributária, e considerando a redação do Código Tributário Nacional, este poderá requerer a restituição total ou parcial do tributo,

- A) com juros de mora, contados a partir do pagamento indevido realizado pelo contribuinte.
- B) no prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da decisão administrativa que negar seu direito a restituição.
- C) com juros de mora, contados a partir do trânsito em julgado da decisão judicial.
- D) no prazo de 02 (dois) anos, contados da data do pagamento indevido realizado pelo contribuinte.
- E) apenas com juros de mora, contados do pagamento indevido do tributo, sem direito à correção monetária.



7. Tratando-se de pagamento de tributo indevido pelo sujeito passivo da obrigação tributária, e considerando a redação do Código Tributário Nacional, este poderá requerer a restituição total ou parcial do tributo,

- A) com juros de mora, contados a partir do pagamento indevido realizado pelo contribuinte.
- B) no prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da decisão administrativa que negar seu direito a restituição.
- C) com juros de mora, contados a partir do trânsito em julgado da decisão judicial.**
- D) no prazo de 02 (dois) anos, contados da data do pagamento indevido realizado pelo contribuinte.
- E) apenas com juros de mora, contados do pagamento indevido do tributo, sem direito à correção monetária.



8. As opções a seguir apresentam os efeitos da concessão de liminar em mandado de segurança com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- A) Impedir a propositura de execução fiscal.
- B) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- C) Suspender o curso do prazo prescricional.
- D) Impedir o lançamento do crédito.
- E) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).



8. As opções a seguir apresentam os efeitos da concessão de liminar em mandado de segurança com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- A) Impedir a propositura de execução fiscal.
- B) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- C) Suspender o curso do prazo prescricional.
- D) Impedir o lançamento do crédito.**
- E) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

9. Sobre eventual mandado de segurança em matéria tributária, é CORRETO afirmar que



- A) só cabe para discutir eventos futuros, pois é proibida sua utilização como substitutivo da ação de repetição de indébito.
- B) é possível utilizar-se para desconstituir auto de infração, mas somente até 120 dias do ato coator, ou seja, da autuação fiscal, mesmo que haja recurso administrativo.
- C) a liminar pode suspender a exigibilidade do tributo, mas desde que se tenham esgotado todas as tentativas de anulação auto de infração administrativamente.
- D) caso o pedido seja de compensação com pagamento indevido usualmente inadmitido pelo Fisco, o *mandamus* é preventivo porque o ato coator, a negativa, ainda está por ocorrer, não se computando o prazo decadencial de 120 dias.
- E) nenhuma das alternativas acima está CORRETA.

**Ano: 2017 Banca: FMP**

**Concursos Órgão: PGE-AC Prova: FMP Concursos - 2017 - RCE-AC - Procurador do Estado**

9. Sobre eventual mandado de segurança em matéria tributária, é CORRETO afirmar que



- A) só cabe para discutir eventos futuros, pois é proibida sua utilização como substitutivo da ação de repetição de indébito.
- B) é possível utilizar-se para desconstituir auto de infração, mas somente até 120 dias do ato coator, ou seja, da autuação fiscal, mesmo que haja recurso administrativo.
- C) a liminar pode suspender a exigibilidade do tributo, mas desde que se tenham esgotado todas as tentativas de anulação auto de infração administrativamente.
- D) caso o pedido seja de compensação com pagamento indevido usualmente inadmitido pelo Fisco, o *mandamus* é preventivo porque o ato coator, a negativa, ainda está por ocorrer, não se computando o prazo decadencial de 120 dias.**
- E) nenhuma das alternativas acima está CORRETA.

**Ano: 2017 Banca: FMP**

**Concursos Órgão: PGE-AC Prova: FMP Concursos - 2017 - PGE-AC - Procurador do Estado**

tributária, é CORRETO afirmar que



- A) só cabe para discutir eventos futuros, pois é proibida sua utilização como substitutivo da ação de repetição de indébito.
- B) é possível utilizar-se para desconstituir auto de infração, mas somente até 120 dias do ato coator, ou seja, da autuação fiscal, mesmo que haja recurso administrativo.
- C) a liminar pode suspender a exigibilidade do tributo, mas desde que se tenham esgotado todas as tentativas de anulação auto de infração administrativamente.
- D) caso o pedido seja de compensação com pagamento indevido usualmente inadmitido pelo Fisco, o *mandamus* é preventivo porque o ato coator, a negativa, ainda está por ocorrer, não se computando o prazo decadencial de 120 dias. (FALSO)**
- E) nenhuma das alternativas acima está CORRETA.

**Ano: 2017 Banca: FMP**

**Concursos Órgão: PGE-AC Prova: FMP Concursos - 2017 -**



10. Nos termos das previsões do Código Tributário Nacional, a exigibilidade do crédito tributário apenas NÃO é suspensa em caso de

- A) reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- B) concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- C) consignação em pagamento.
- D) parcelamento.

**Ano:** 2017 **Banca:** CONSULPLAN **Órgão:** TJ-MG **Prova:** CONSULPLAN - 2017 -  
TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimto



10. Nos termos das previsões do Código Tributário Nacional, a exigibilidade do crédito tributário apenas NÃO é suspensa em caso de

- A) reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- B) concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- C) consignação em pagamento.**
- D) parcelamento.

**Ano:** 2017 **Banca:** CONSULPLAN **Órgão:** TJ-MG **Prova:** CONSULPLAN - 2017  
- TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Provimto

**des**complica